



DECISÃO DE RECURSO REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.109/2025

Processo de Recurso n.º 47.402/2025 - Processo Licitatório n.º 5.911/2025, referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 90.109/2025, que tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA OPERACIONALIZAÇÃO, PROGRAMAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMA SEMAFÓRICO**, instalado e em operação no município de Nova Friburgo. O Sistema Semafórico consiste em Controladores Semafóricos, Porta Focos Ciclo Visual, Comunicação dos controladores e Fornecimento de Central Semafórica compatível com os controladores instalados no município de Nova Friburgo. A operacionalização, programação e manutenção deve ser realizada por técnico capacitado para desempenhar os serviços em laboratório, de forma remota e “in-loco”, para o Trânsito da SEMU – Secretaria Municipal de Mobilidade e Ordem Urbana, pelo período de 01 (um) ano.

Trata-se o presente processo administrativo de **RECURSO** interposto, **tempestivamente**, pela empresa **CONTRANSIN - INDUSTRIA E COMERCIO LTDA**, inscrita no CNPJ n.º 00.390.052/0001-11, com fulcro no artigo 165, inciso I, da Lei n.º 14.133/2021, por intermédio de seu respectivo representante legal, contra os termos da decisão de habilitação da empresa **TECH GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 46.293.899/0001-89, no bojo dos autos administrativos do Pregão Eletrônico n.º **90.109/2025**.

I) DOS FATOS

Encerrada a fase de habilitação do Pregão Eletrônico em referência, foi aberto o prazo para manifestação de intenção de recursos, tendo sido apresentada intenção/proposição, tempestivamente, pela empresa **CONTRANSIN - INDUSTRIA E COMERCIO LTDA**, doravante denominada Recorrente, contra a decisão que classificou a empresa **TECH GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA**, doravante denominada Recorrida, como provisoriamente vencedora. A intenção é aceita de forma automática pelo Sistema ComprasGov.br, sem a necessidade de juízo de admissibilidade.



Comissão Permanente de Pregão III

II. DO RECURSO

A Recorrente, de forma tempestiva, interpôs, por meio do Sistema, recurso objetivando a modificação da decisão de habilitação e imediata suspensão do processo licitatório, alegando, em síntese, que a mesma atendendo ao item editalício sobre capacidade técnica, a administração, na figura do pregoeiro teria criado exigências não previstas, especialmente quanto à comprovação de experiência com controladores da marca SDM, o que teria sido posteriormente afastado após questionamento formal da empresa. Também alega irregularidade na convocação para a prova de conceito, a teria sido realizada com menos de 24 horas de antecedência, em desacordo com o edital, com o princípio da razoabilidade e com entendimentos do TCU, além de sustentar ausência de comunicação prévia sobre o retorno da sessão após suspensão do certame.

No mérito da desclassificação, a empresa argumenta que foram indevidamente exigidos manuais, especificações técnicas e documentos relativos especificamente à marca SDM, bem como que a carta de garantia teria sido efetivamente entregue, inclusive por e-mail, através do endereço eletrônico juridico.smomu@gmail.com no dia 05/11/2025, às 14:57h, e presencialmente ao servidor "Samuel". Sustenta ainda que a avaliação do software teria extrapolado os limites do edital, ao comparar layout e funcionalidades próprias de soluções concorrentes, desconsiderando que softwares possuem características e integrações distintas, protegidas por propriedade intelectual. Por fim, afirma que não houve exigência editalícia de apresentação de software de programação dos controladores SDM e que, embora tenha solicitado acesso aos meios necessários, obteve resposta negativa da Pregoeira justificando que não teria acesso a tais dados.

III. DAS CONTRARRAZÕES

A Recorrida, apresentou suas contrarrazões dentro do prazo de 3 dias úteis previstos no edital.

A empresa **TECH GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA**, vencedora do certame, asseverou que sua participação no referido Pregão ocorreu de forma plenamente regular, em estrita observância às



Comissão Permanente de Pregão III

disposições do Edital e do Termo de Referência. Destaca que, após a desclassificação da recorrente na fase de Prova de Conceito, foi regularmente convocada, apresentou toda a documentação exigida, atendeu aos requisitos técnicos, foi submetida à Prova de Conceito, obteve aprovação e, ao final, foi formalmente declarada vencedora por decisão motivada da Administração. Sustenta que não há nos autos qualquer indício de irregularidade, vício procedimental ou descumprimento de cláusula editalícia que comprometa a validade de sua habilitação ou da aprovação obtida.

A recorrida esclarece, ainda, que não lhe compete emitir juízo de valor sobre os atos administrativos que resultaram na desclassificação da recorrente, por se tratar de matéria de competência exclusiva da Administração Pública. Ressalta que tais atos gozam de presunção de legitimidade, legalidade e veracidade. Por fim, registra que suas contrarrazões visam reafirmar a regularidade de sua condição de vencedora e requerer a manutenção de sua classificação, habilitação e declaração de vitória, com o regular prosseguimento do procedimento licitatório.

IV. DAS CONSIDERAÇÕES DA PREGOEIRA

O presente processo licitatório foi conduzido em estrita observância aos princípios e regras estabelecidos na Lei.º 14.133/2021, bem como os termos do Edital.

A controvérsia trazida no recurso diz respeito à desclassificação da empresa CONTRANSIN - INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.

Desse modo, cumpre esclarecer que, em todas as etapas do certame, foi solicitado formalmente, através do endereço eletrônico institucional, a manifestação da Secretaria Municipal de Mobilidade e Urbanismo.

Quanto ao pedido de dilação do prazo para prova de conceito, este foi apreciado pela equipe jurídica da Unidade Requisitante que refutou os pontos de divergência, não havendo sob nenhuma circunstância avaliação subjetiva por parte desta pregoeira, como alude a empresa recorrente. A resposta foi, portanto, devidamente encaminhada para o endereço eletrônico



Comissão Permanente de Pregão III

luizeduardo@contransin.com.br, no dia 30/10/2025, às 17:04h, além formalizada no chat de mensagens do portal do compras.gov.br.

No que tange aos avisos das sessões no curso do processo licitatório, segue em tela a integra das publicações do Pregão Eletrônico no Portal do Compras do Governo Federal:

Pregão Eletrônico N° 90109/2025 (Lei 14.133/2021)

UASG 985867 - PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO - RJ

Avisos (8)	Impugnações (0)	Esclarecimentos (0)
10/12/2025 12:01		Boa tarde, senhores. Daremos continuidade à sessão de licitação no dia 11/12/2025 (quinta-feira), as
28/11/2025 13:47		Boa tarde, senhores. Daremos continuidade à sessão de licitação no dia 01/12/2025 (segunda-feira), as
25/11/2025 15:09		Boa tarde, senhores. Daremos continuidade à sessão de licitação no dia 27/11/2025 (quinta-feira), as
30/10/2025 17:17		A Administração reagenderá a prova de conceito para 04/11/2025 às 09:30h, reforçando que a
29/10/2025 11:46		Pregão Eletrônico 90109/2025, cujo o objeto é a 'CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA
09/10/2025 13:50		Boa tarde senhores, daremos continuidade a sessão de licitação dia 13/10/2025 (segunda-feira) as
23/09/2025 07:43		Aplicação do evento de Adiamento.
22/09/2025 11:11		Evento de Adiamento com publicação prevista para 23/09/2025. Motivo: Licitação adiada por motivo

Incluir Aviso

Pontuo que esta Comissão Permanente de Pregão não detém acesso à manuais ou relatórios técnicos dos itens, produtos, objetos, materiais, placas de comunicação ou software de programação destinados a atender as peculiaridades de cada Secretarias deste Município, uma vez que tais definições competem exclusivamente às unidades, dado que tal conhecimento ou acesso seria impraticável por um único setor. Portanto, impossível à comissão ou ao pregoeiro dispor ou fornecer informações que não são de seu domínio, como indevidamente foi exigido pela empresa recorrente.



Comissão Permanente de Pregão III

Com efeito, a análise técnica da unidade requisitante reveste-se de importância central para subsidiar a atuação do pregoeiro no âmbito da Lei n.º 14.133/2021, porquanto constitui o instrumento que vincula o procedimento de licitação à real necessidade administrativa, assegurando o atendimento ao interesse público com eficiência, economicidade e legalidade, visto que os Tribunais em reiteradas decisões aponta a importância das diligências adequadas antes de decisões como a desclassificação de propostas.

Desta feita, a reapreciação e manifestação da Unidade Requisitante será fundamental para subsidiar a análise de exequibilidade da proposta, bem como para resguardar a Administração quanto à adequada execução do objeto contratual. Assim, nos termos do princípio da segregação de funções (art. 11, inciso I, da Lei nº 14.133/2021), a decisão quanto ao atendimento das especificações e as alegações técnicas deve estar fundamentada em parecer emitido pelo setor responsável da unidade requisitante.

V. DA ANÁLISE TÉCNICA

A secretaria requisitante, após análise dos autos, verifica-se que a decisão administrativa que culminou na desclassificação da empresa CONTRANSIN encontra-se devidamente motivada, técnica e juridicamente, observando rigorosamente os parâmetros fixados no edital, no Termo de Referência e no Roteiro de Avaliação, em consonância com os princípios da legalidade, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

No que se refere à capacidade técnica e à integração com o parque semafórico existente, restou comprovado que o Município de Nova Friburgo possui infraestrutura composta por controladores das marcas Digicon e SDM, circunstância expressamente prevista no Termo de Referência. Dessa forma, a exigência de conhecimento e capacidade operacional sobre tais tecnologias não se caracteriza como direcionamento indevido, mas como requisito técnico indispensável para assegurar a continuidade, a



Comissão Permanente de Pregão III

segurança e a eficiência da prestação do serviço. A própria Prova de Conceito evidenciou que a recorrente não detinha o software necessário para programação e operação dos controladores SDM, tampouco comprovou diligências efetivas para sua obtenção, revelando ausência de domínio técnico sobre parcela relevante e essencial do objeto contratado.

Quanto às funcionalidades do software de gestão, a avaliação técnica demonstrou que o sistema apresentado pela recorrente não atendia, de forma autônoma e integrada, às exigências mínimas estabelecidas. Verificou-se dependência de soluções de terceiros, notadamente do aplicativo Waze, para a execução de funcionalidades essenciais, tais como definição de regras de trânsito, criação de novas rotas e edição de pontos de interesse. Tal característica contraria expressamente o Termo de Referência, que exige solução própria, integrada e capaz de operar independentemente de plataformas externas, garantindo confiabilidade, continuidade e controle direto pela Administração Pública.

No tocante aos indicadores técnicos exigidos, constatou-se que a empresa não logrou êxito em demonstrar o atendimento integral aos parâmetros estabelecidos. Em relação ao indicador de alagamento, não foi apresentado o histórico mínimo de cinco anos, tampouco se comprovou, durante a Prova de Conceito, a existência da ferramenta necessária para tal monitoramento, sendo inadequada a justificativa de inexistência de dados reais, uma vez que a própria metodologia da PoC admite a utilização de bases simuladas com o objetivo exclusivo de demonstrar a funcionalidade do sistema. Da mesma forma, quanto ao índice de lentidão, a apresentação restrita à velocidade média revelou-se tecnicamente insuficiente, pois não permite aferir, de maneira adequada, o desempenho viário conforme os critérios objetivos definidos no Roteiro de Avaliação.

No que concerne à documentação técnica e às garantias, verificou-se a ausência de apresentação completa e detalhada dos manuais e especificações técnicas de todos os equipamentos descritos no Termo de Referência, especialmente daqueles relacionados aos controladores SDM. Tal omissão compromete a verificação da compatibilidade técnica da solução ofertada com as exigências



Comissão Permanente de Pregão III

do objeto licitado, inviabilizando a adequada avaliação pela Administração e configurando descumprimento direto das condições editalícias.

Cumprir destacar que o Roteiro de Avaliação estabeleceu critérios objetivos de julgamento, classificando cada item como “atende” ou “não atende”, prevendo expressamente a desclassificação automática da licitante que acumulasse dois ou mais itens em desconformidade. No caso concreto, restaram registradas múltiplas não conformidades técnicas, circunstância que impõe, de forma vinculada, a desclassificação da recorrente, afastando qualquer margem de discricionariedade indevida ou tratamento desigual.

Diante de todo o exposto, verifica-se que a desclassificação da empresa CONTRANSIN decorreu de avaliação técnica consistente, devidamente fundamentada e alinhada aos critérios previamente definidos no instrumento convocatório, não havendo afronta aos princípios que regem as licitações e contratações públicas. Ao contrário, a atuação administrativa revelou-se legítima, proporcional e orientada à garantia da adequada execução contratual e à proteção do interesse público.

Assim, conclui-se juridicamente pelo **indeferimento do recurso interposto**, com a consequente **manutenção da desclassificação da empresa CONTRANSIN**, devendo o certame prosseguir regularmente com a licitante subsequente, já considerada apta na Prova de Conceito, em estrita observância à Lei nº 14.133/2021, ao edital e aos princípios que norteiam a Administração Pública.

VI. DA DECISÃO DA PREGOEIRA

Considerando todo o exposto nos autos do presente processo, com fulcro na Lei nº 14.133/2021, subsidiada pelas manifestações da Secretária Municipal de Mobilidade e Urbanismo sem nada mais a evocar, **CONHEÇO** do Recurso interposto por **CONTRANSIN - INDUSTRIA E COMERCIO LTDA** no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90.109/2025, e, no mérito, **NEGO PROVIMENTO**.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E
L I C I T A Ç Õ E S E
P L A N E J A M E N T O

Comissão Permanente de Pregão III

Por fim, informo que esta decisão será publicada na íntegra em www.pmnf.rj.gov.br/licitacao e seu extrato em www.comprasnet.gov.br.

Nova Friburgo, 09 de janeiro de 2026.

FERNANDA MEDEIROS RODRIGUES

Pregoeira – Comissão Permanente de Pregão III

Matrícula 498.036